

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante João Evertton Correia de Paiva, brasileiro(a) Solteiro, Aux-farmacêutico, portador do CPF: 705.054.604-67, residente na Rua: Francisco Sales, nº 106, Bairro: Abolicão, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de, S/A nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
 - 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá, a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;
 - 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";
 - 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à 30% (TRINTA POR CENTO) sob o valor da causa;
 - 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..
- Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.
- Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 08/10/2020:

Contratante: João Evertton Correia de Paiva

Contratado: KM Nascimento

OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: João Ewerton Correia de Paiva, brasileiro(a)-
Solteiro, Av. Farmácia, portador do RG nº 003552075, e do
CPF nº 305.054.604 67, residente na
RUA: Francisco Sales 106, BAIRRO:
Abolição, cidade Mossoró - Rio Grande
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN
7.469, podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986,
Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em
geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na
Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar,
assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar
quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo,
receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação,
apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer
esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará
judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento,
representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar
apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao
Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o
direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos
necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 08 / 10 / 2020.

Outorgante: João Ewerton Correia de Paiva.
• Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de
13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



TERMO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA

João Everton Correia de Paiva brasileiro.(a), solteiro (a),
Aux. Farmácia, portador do CPF n. 705.054.604 - 67, podendo ser
intimado (a) no (a) Rua Francisco Sales n. 106, Bairro -
Abadição, Mossoró -RN. Declara nos termos da Lei n.
1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de
Mossoró -RN. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não
retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoró -RN em 08/10 /2020.

Declarante: * João Everton Correia de Paiva

1ª Testemunha: Frediene Bezerra

CPF nº 057-355-834-50

Residente- R: Maruchel Medeiros N: 1551
B: Barrocas.

2ª Testemunha: Kevin Ronan Santos de Lima

CPF nº 125.874.184 - 96

Residente- Rua Delgim Moreira, N: 220, Bairro Abadição 1

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

FIRMADA NA LEI Nº 7.115/83.

João Evertton Correia de Paiva brasileiro.(a), Solteiro (a),
Aux. Farmácia, portador do CPF n. 705.054.604 - 67, podendo ser
intimado (a) no (a) Rua Francisco Sales n. 106, Bairro -
Abelardo, Mossoro -RN. DECLARA, sob as penas da
lei que é isento de declarar imposto de renda, não dispõe de qualquer meio financeira
que lhe possibilite pagar custas e demais emolumentos judiciais. Firma a presente
declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções
administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar
lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro -RN, em 08/10/2020.

Declarante: João Evertton Correia de Paiva

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DAI - Declaração Anual de Isento

**Por Assessoria de Comunicação
Social — publicado 26/02/2016 10h54, última
modificação 28/06/2019 10h29**

**Informamos que a Declaração Anual de Isento (DAI) da
Secretaria da Receita Federal do Brasil foi instituída com
o objetivo de manter atualizado o Cadastro de Pessoas
Físicas (CPF).**

**Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008,
de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração
Anual de Isento, a partir do ano de 2008.**

**A isenção poderá ser comprovada mediante declaração
escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme
previsto na Lei 7.115/83.**

Ciente:

João Evertton Correia de Paiva



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e da outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

**JOÃO FIGUEIREDO
Ibrahim Arbi-Ackel
Hélio Beltrão**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.8.1983.

Ciente: João Evanton Corrêas de Pádua



Fls: 1

Visto:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00061160/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 08/10/2020 12:53:44 Data/Hora Fim: 08/10/2020 12:34:06
Delegado de Polícia: Luis Fernando Sávio de Eliezer Pinto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade de Apuração: 2º Distrito Policial de Mossoró

Data/Hora do Fato: 26/09/2020 19:00 (Hora Aproximada)

Local do Fato

Município: Mossoró (RN)
Bairro: Bom Jardim
Logradouro: Rua Juvenal Lamartine
Tipo do Local: Via Pública

| Natureza | Meio(s) Empregado(s) |
|--|----------------------|
| 1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 303 DA LEI 9.503/1997 - CTB) | Veículo |

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: MOTOCICLISTA DESCONHECIDO, MOTO TIPO TRAXX 50CC, EVADIU-SE (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)
Nacionalidade: Brasileira

Nome Civil: JOAO EWERTON CORREIA DE PAIVA (VÍTIMA , COMUNICANTE)
Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Nasc: 02/06/2000 Idade 20
Profissão: Auxiliar de Farmácia
Estado Civil: Solteiro(a) Naturalidade: Mossoró - RN
Nome da Mãe: ALESSANDRA CORREIA Nome do Pai: JOAO BATISTA LEONEL DE PAIVA

Documento(s)

RG: 003552075
CPF: 705.054.604-67

Endereço

Município: Mossoró - RN
Logradouro: FRANCISCO SALES Nº: 106
Bairro: Abolição CEP: 59.619-148
Telefone: (84) 98762-1434 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

| | |
|---|---------------------------------|
| Grupo Veículo | Subgrupo Motocicleta/Motoneta |
| CPF/CNPJ do Proprietário 705.054.604-67 | Placa RGF1G85 |
| Renavam 01232607166 | Número do Motor KC22E0L147529 |
| Número do Chassi 9C2KC2200LR147490 | Ano/Modelo Fabricação 2020/2020 |
| Cor VERMELHA | UF Veículo RN |
| Município Veículo Mossoró | Marca/Modelo HONDA/CG 160 FAN |
| Veículo Adulterado? Não | Situação Meio Empregado |



Impresso por: Helder Emerson Nogueira Jerônimo
Data de Impressão: 08/10/2020 12:54:18

Página 1 de 2
PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00061160/2020

Última Atualização Denatran 22/07/2020

Situação do Veículo

ALIENACAO FIDUCIARIA FILE VEICULOS

Nome Envolvido

JOAO EWERTON CORREIA DE PAIVA

Envolvimentos

Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

O comunicante declarou que conduzia a sua moto quando o autor do fato, seguindo em sentido contrário, manobrou para acessar uma rua sem sinalizar a sua frente, logo após, colidiu a sua motocicleta contra a parte frontal da moto do suposto autor do fato, vindo a sofrer queda do seu veículo na autopista; Que o autor do fato se evadiu do local; Que foi encaminhado pelo SAMU ao HRTM; Que o BO é para fins de DPVAT; Que não desejou representação criminal contra o suposto autor do fato; Nada mais disse.

ASSINATURAS

Helder Emerson Nogueira Jerônimo

Agente de Polícia

Matrícula 1690205

Responsável pelo Atendimento

JOAO EWERTON CORREIA DE PAIVA

Vítima, Comunicante

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Impresso por: Helder Emerson Nogueira Jerônimo

Data de Impressão: 08/10/2020 12:54:18

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOAO EWERTON CORREIA DE PAIVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
003552075 SSP RN

CPF
705.054.604-67

DATA NASCIMENTO
02/06/2000

FILIAÇÃO
JOAO BATISTA LEONEL DE PAIVA
ALESSANDRA CORREIA

PERMISSÃO
PERMISSÃO

ACC
AB

CAT. HAB
AB

Nº REGISTRO
07364570093

VALIDADE
05/11/2020

1ª HABILITAÇÃO
06/11/2019

OBSERVAÇÕES

João Ewerton Correia de Paiva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MOSSORO, RN

DATA EMISSÃO
06/11/2019

Jonilson Pereira de Oliveira
Diretor Geral - Detran RN

ASSINATURA DO EMISSOR

66446471004
RN705983420

RIO GRANDE DO NORTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1929395537

PROIBIDO PLASTIFICAR
1929395537



TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.025 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-Lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la. Cuidar-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO TAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

236.91490.76-6

3748563

0050

RN

João Ewerton Correia de Paiva



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



JOAO EWERTON CORREIA DE PAIVA

FILIAÇÃO: ALESSANDRA CORREIA
JOAO BATISTA LEONEL DE PAIVA

NASCIMENTO: 02/09/2000

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

NATURALIDADE: MOSSORÓ - RN

DOCUMENTO: R.G. - 003552075 - 20/03/2014 - SSPDS - RN

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996

CPF: 705.054.604-67

TÍT. ELEITOR: SEÇÃO: ZONA:

LOCAL DE EMISSÃO: GRTERV - MOSSORÓ

DATA DE EMISSÃO: 21/02/2017

24117.3748563.50-48

EDER NOBRE PROENÇA
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego - RN

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

RELACAO
DATA DE NASCIMENTO: / / PARA: / /
DOCUMENTO: [MÓDULO]

NOME
DOCUMENTO: [MÓDULO]

NOME
DOCUMENTO: [MÓDULO]

NOME
DOCUMENTO: [MÓDULO]

LEGENDA
1 - CASAMENTO 2 - DIVÓRCIO 3 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE 4 - GRÁVIDA 5 - ESPORTE 6 - ADOÇÃO 7 - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03



DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

| | | |
|-----------------------------|--|-------------------------|
| GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH | DIABETE SIM NÃO | HEMOFILIA SIM NÃO |
| ALERGIAS SIM NÃO | DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 879, de 12 de julho de 1993) SIM NÃO | |

CARTEIRAS ANTERIORES

| NÚMERO | SÉRIE | DE | DATA DE EMISSÃO |
|--------|-------|----|-----------------|
| | | | |
| NÚMERO | SÉRIE | DE | DATA DE EMISSÃO |
| | | | |
| NÚMERO | SÉRIE | DE | DATA DE EMISSÃO |
| | | | |
| NÚMERO | SÉRIE | DE | DATA DE EMISSÃO |
| | | | |

06

CONTRATO DE TRABALHO

CARDIODIAGNOSTICO LTDA
Rua Dr João Marcelino ,429 Centro
Cep:59611-200 Mossoró-RN

Cargo: Ass. administrativo (Aprendiz)

Data de admissão: 01/12/2018

Remuneração: 672,59 (Seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) por mês.

Elizabeth Vitor Rosado de Sá
Diretora Administrativa
Cardiodiagnostico LTDA

| | | |
|-------------------|----|----|
| DATA DE NDA | DE | DE |
| COM DISPENSA CD N | | |
| ACTS Nº DA CONTRA | | |

07

CONTRATO DE TRABALHO

CARDIODIAGNÓSTICO LTDA
CNPJ: 35.650.324/0001-50
Rua Pedro Velho, 250, Santo Antônio
CEP: 59.611-010 Mossoró-RN

Cargo: AUXILIAR DE FARMACIA
Data de Admissão: 12/07/2019
Remuneração: R\$ 1.046,68 (um mil e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Elizabeth Vitor Rosado de Sá
Diretora Administrativa
Cardiodiagnostico LTDA

| | | |
|-------------------|----|----|
| DATA DE SAÍDA | DE | DE |
| COM DISPENSA CD N | | |
| ACTS Nº DA CONTRA | | |

08

CONTRATO DE TRABALHO

| | |
|-------------------------|------------|
| EMPREGADOR | |
| CICLO DE VIDA | |
| ENDEREÇO | |
| MUNICÍPIO | |
| EST. DO ESTABELECIMENTO | |
| CARGO | |
| DATA DE ADMISSÃO | DE DE DE |
| REGISTRO Nº | FLS. FICHA |
| REMUNERAÇÃO ESPLOIADA | |
| DATA DE SAÍDA | DE DE DE |
| COM DISPENSA CD N | |
| ACTS Nº DA CONTRA | |

09



NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE
RUA MERMOZ, 150, BALDO,
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



www.cosern.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
Ligações Gratuitas:
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
-Ouvidoria 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte
ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE

ALESSANDRA CORREIA
CPF: 062.124.584-48 NIS: 12882075644

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA FRANCISCO SALES 106

ABOLICAO/AREA URBANA
59619-148 MOSSORO RN

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010),
tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à
disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no
site www.cosern.com.br

DATA DE VENCIMENTO

28/09/2020

TOTAL A PAGAR (R\$)

174,38

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

21/09/2020

DATA DA APRESENTAÇÃO

21/09/2020

NÚMERO DA NOTA FISCAL

048565470

Série: U

CONTA CONTRATO

007011181214

Nº DO CLIENTE

3011089044

Nº DA INSTALAÇÃO

0000476604

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

RESERVADO AO FISCO

7762.9CC1.1C42.2B4C.68A5.AF5D.E4A0.6C09

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE | PREÇO | VALOR (R\$) |
|--|------------|------------|---------------|
| Consumo-TUSD até 30 kWh | 30,00 | 0,11341199 | 3,40 |
| Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh | 70,00 | 0,19442056 | 13,60 |
| Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh | 120,00 | 0,29163085 | 34,99 |
| Consumo-TUSD superior a 220 kWh | 61,00 | 0,32403427 | 19,76 |
| Consumo-TE até 30 kWh | 30,00 | 0,11128477 | 3,33 |
| Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh | 70,00 | 0,19077389 | 13,35 |
| Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh | 120,00 | 0,28616084 | 34,33 |
| Consumo-TE superior a 220 kWh | 61,00 | 0,31795649 | 19,39 |
| Contrib. Ilum. Pública Municipal | | | 12,93 |
| ICMS-Parcela Subvencionada | | | 8,85 |
| Multa por atraso-NF 045591046 - 21/07/20 | | | 2,81 |
| Juros por atraso-NF 045591046 - 21/07/20 | | | 2,05 |
| Atualização IGPM-NF 045591046 - 21/07/20 | | | 5,59 |
| TOTAL DA FATURA | | | 174,38 |

| INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS | | | |
|-------------------------|-------|-----------------|------|
| ICMS | | PIS | |
| BASE DE CÁLCULO | % | BASE DE CÁLCULO | % |
| 142,15 | 18,00 | 142,15 | 1,10 |
| | | | 1,56 |
| COFINS | | | |
| BASE DE CÁLCULO | % | BASE DE CÁLCULO | % |
| 142,15 | 5,05 | | |
| | | | 7,17 |

APÓS 06/10/2020, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE.

| Vencido | Dt Reav | Valor |
|----------|----------|--------|
| 27/08/20 | 21/09/20 | 153,70 |

Este comunicado NÃO substitui aviso de débitos anteriores e NÃO contempla débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 99 REN 414/Anel. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

| Tarifas Aplicadas | | HISTÓRICO DO CONSUMO | |
|---|------------|----------------------|-----|
| Consumo-TUSD até 30 kWh | 0,08602300 | SET 20 | 281 |
| Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh | 0,14746800 | AGO 20 | 282 |
| Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh | 0,22120200 | JUL 20 | 274 |
| Consumo-TUSD superior a 220 kWh | 0,24578000 | JUN 20 | 260 |
| Consumo-TE até 30 kWh | 0,08440950 | MAI 20 | 247 |
| Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh | 0,14470200 | ABR 20 | 266 |
| Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh | 0,21705300 | MAR 20 | 249 |
| Consumo-TE superior a 220 kWh | 0,24117000 | FEV 20 | 250 |
| | | JAN 20 | 226 |
| | | DEZ 19 | 225 |
| | | NOV 19 | 237 |
| | | OUT 19 | 265 |
| | | SET 19 | 247 |

| COMPOSIÇÃO DO CONSUMO | |
|-----------------------|-------------------|
| R\$ | % |
| Geração de Energia | 51,68 36,35 |
| Transmissão | 7,07 4,97 |
| Distribuição (Cosern) | 38,28 26,93 |
| Encargos Setoriais | 1,16 0,82 |
| Tributos | 34,31 24,14 |
| Perdas de Energia | 9,65 6,79 |
| TOTAL | 142,15 100 |

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

| NÚMERO DO MEDIDOR | TIPO DA FUNÇÃO | ANTERIOR | | ATUAL | | Nº DIAS | CONSTANTE | AJUSTE | CONSUMO kWh |
|--------------------|----------------|------------|----------|------------|----------|---------|-----------|--------|-------------|
| | | DATA | LEITURA | DATA | LEITURA | | | | |
| 000000002151045254 | CAT | 20/08/2020 | 8.881,00 | 21/09/2020 | 9.162,00 | 32 | 1,00000 | 0,00 | 281,00 |

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 21/10/2020

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

| DESCRIÇÃO | CONJUNTO | VALOR AFURADO | META MENSAL | META TRIM. | META ANUAL |
|--|-------------|---------------|-------------|------------|---------------------|
| jul/2020 | | | | | |
| DIC-No.de horas sem Energia | MOSSORÓ III | 0,00 | 4,95 | 9,91 | 19,82 |
| FIC-No.de vezes sem Energia | | 0,00 | 3,17 | 6,35 | 12,70 |
| DMIC-Duração máxima de interrupção contínua | | 0,00 | 2,77 | 0,00 | 0,00 |
| DICRI-Duração de interrupção em dia crítico | | | | | Limite DICRI: 12,22 |
| EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 54,43 | | | | | |
| Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo. | | | | | |

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você farmácia do povo nordestino: rua pero velho, 1215, centro / super alternativo de alimentos: av. Abel Coelho, 1455, abolicão/Lista completa em www.cosern.com.br.
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br.
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.
Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês
Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 49,90
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.
Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.
Acesse www.cosern.com.br e confira nosso Aviso de Privacidade.

NÍVEIS DE TENSÃO

| TENSÃO NOMINAL(V) | LIMITE DE VARIAÇÃO(V) | |
|-------------------|-----------------------|--------|
| | MÍNIMO | MÁXIMO |
| 220 | 202 | 231 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

| CONTA CONTRATO | MÊS/ANO | TOTAL A PAGAR(R\$) | VENCIMENTO | TALÃO DE PAGAMENTO |
|----------------|---------|--------------------|------------|---|
| 007011181214 | 09/2020 | 174,38 | 28/09/2020 | Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica. |

IMENTO ATRAVÉS DE FICHA DE COMPENSAÇÃO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1/2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 17/12/2020 10:28:45

https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121710284540200000061267316

Número do documento: 20121710284540200000061267316

Num. 63933831 - Pág. 1



SAMU
MOSSORÓ
192

Prefeitura Municipal de Mossoró
Secretaria Municipal da Saúde
SAMU MOSSORÓ 192

DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 287

Mossoró 07 de Outubro de 2020

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que o usuário: **JOAO EWERTON CORREIA PAIVA, 20 anos.**

Natureza da Ocorrência: Acidente Automobilístico: Colisão Moto x Moto

Data da Ocorrência: 26/09/2020

Local da ocorrência: Rua: Juvenal Lamartine, Bom Jardim próximo ao Colégio Felício de Moura.

Viatura: BRAVO – Unidade de Suporte Básico de Vida - 02

Hora do Chamado: 19h 22min.

Procedimento no Local: Na cena, vítima apresentando lesões superficiais pelo corpo, foi submetida a imobilização (prancha, colar, coxim e tirantes), e foi encaminhada para a Unidade de Saúde (HRTM), conforme regulação médica do **SAMU 192 Mossoró.**

Informamos ainda que o solicitante deste documento foi: **João Ewerton Correia Paiva, 20 anos**, portador de **RG: 003.552.075.**
Estamos à disposição para mais informações.

SILVANIA DO MONTE SANTIAGO
DIRETORA ADMINISTRATIVA / SAMU
MAT. 58682-1

Silvania do Monte Santiago
Matrícula 58682-1
Diretora Administrativa do **SAMU/Mossoró**

Dr. Dixon F. Medeiros Lima
Diretor Geral / SAMU
Mat. 405418-4
CRM 15917

Dixon Fradik Medeiros Lima
Matrícula 405418-4
Diretor Geral do **SAMU/ Mossoró**

SAMU – Mossoró
Rua: Seis de Janeiro, 509 – Santo Antonio – CEP: 59611-070 – Mossoró - RN
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915
e-mail: samumossoro@hotmail.com



Número do documento: 20121710284570300000061267319

26/09/2020 #Ortopedia#

Trauma em mão (E) durante acidente de moto.

Exame: Lesão em extremidade distal do 5º DDE. Neurovascular normal

Rx Mão (E): Fratura Fôlange distal 5º DDE

Ed: ① Limpeza de ferimento + reglização de coto do 5º DDE sob anestesia local

② Cetorufina OIT (IY) FALTANDO

③ Alta

Crênio Moura
ORTOPEDIA TRAUMATOLOGIA
CRM-RN-8806

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 05/10/2020

BIM
SAME/ARQUIVO 98.955-0
MATRÍCULA Nº



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 014694924431
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 01232607166 RNTRO ***** EXERCÍCIO 2020

NOME
JOAO EWERTON CORREIA DE PAIVA

CPF/CNPJ
705.054.604-67

PLACA
RGF1G85

PLACA ANT/UF
RGF1G85/RN

CHASSI
9C2KC2200LR147490

ESPECIE TIPO
PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO A

COMBUSTIVEL
ALCOOL-GASOL

MARCA/MODELO
HONDA/CG 160 FAN

ANO FAB. 2020 ANO MOD. 2020

CAP/POT/CIL
OCV/162 CILINDRADAS

CATEGORIA
PARTICULAR

COR PREDOMINANTE
VERMELHA

COTA ÚNICA
R\$ 0.00

VENC. COTA ÚNICA
20/08/2020

VENC./COTAS
1º PAGO

FAIXA LPVA
041900

PARCELAMENTO/COTAS
3X R\$ *****

2º PAGO

3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

*** TAXAS DETRAN: PAGO

*** DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

ALIEN. FID. EM FAVOR DE: 45.441.789/0001-54
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
MOTOR: KC22E01-1529

MOSSORO/RN

Carlos Silvestre da Silva
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN-RN

DATA
22/07/2020

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 014694924431 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2020 DATA EMISSÃO 22/07/2020

VIA 1 CPF / CNPJ 705.054.604-67 PLACA RGF1G85

RENAVAM 01232607166 MARCA / MODELO HONDA/CG 160 FAN

ANO FAB. 2020 CAT. TARIF. 9 Nº CHASSI 9C2KC2200LR147490

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRA (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$)

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO

SEGUROADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

FEV-2019



SINISTRO 3200445641 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOAO EWERTON CORREIA DE PAIVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial Natal-RN

BENEFICIÁRIO JOAO EWERTON CORREIA DE PAIVA

CPF/CNPJ: 70505460467

Posição em 16-12-2020 08:28:11

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

| Data do Pagamento | Valor da Indenização | Juros e Correção | Valor Total |
|-------------------|----------------------|------------------|--------------|
| 16/12/2020 | R\$ 1.350,00 | R\$ 0,00 | R\$ 1.350,00 |





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnebeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0820684-88.2020.8.20.5106

AUTOR - JOÃO EWERTON CORREIA DE PAIVA

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 07 de janeiro de 2021.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0820684-88.2020.8.20.5106

AUTOR - JOÃO EWERTON CORREIA DE PAIVA

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 07 de janeiro de 2021.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito



Ciente do despacho cadastrado sob o id 63981253

